

CULTURA HISTÓRICA E O CONTEXTO DA PÓS-ABOLIÇÃO NOS ESCRITOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Alessandra Araújo de Sousa – PPGH - UFPB

1. Os escritos de Carolina Maria de Jesus e Cultura Histórica

Ao longo das leituras da obra de Carolina Maria de Jesus, tanto seus diários *Quarto de Despejo* (1960), *Casa de Alvenaria* (1961) quanto *Diário de Bitita* (1986) comecei a perceber a recorrência de imagens sobre o “tempo do cativo”, “tempo da chibata”, referências ao “13 de maio” etc., que eram evocadas para delimitar sua experiência de vida na condição de pessoa negra dentro das relações de poder em que estava inserida. Num primeiro momento interpretei essas menções apenas como uma denúncia da continuada opressão da pessoa negra na sociedade brasileira. Mais tarde à luz de leituras historiográficas mais atualizadas sobre história da população negra percebi que essas referências ao passado poderiam querer dizer mais que demarcar um lugar social subalterno, também podiam figurar como formas de expressar um determinado anseio de liberdade, uma forma de afirmar sua luta por inserção social. Neste artigo, pretendo explorar esta hipótese através da análise do seu livro de memórias *Diário de Bitita* (1986), o livro é um relato sobre a infância e juventude da autora no interior de Minas Gerais, durante as primeiras décadas do século XX, onde a autora acaba traçando aspectos da experiência da população negra e os desafios de inserção social nas primeiras décadas dos pós-abolição.

Essa obra pode ser um escrito interessante para investigar aspectos de uma cultura histórica, ou seja, pensar a produção e circulação de saber histórico além daquele produzido pelos historiadores. Tendo em vista que a cultura histórica pode ser definida como “os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico”, isto é, o “saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais” (FLORES, 2007:95), a obra de Carolina Maria de Jesus na medida em que veicula uma reinterpretação do passado, não se preocupa apenas em fazer sua memória pessoal, mas aborda desafios e conflitos vividos pela família negra no processo de transição da escravidão para o trabalho livre, bem como fazer uma reflexão sobre aquele momento histórico, abordando especialmente as relações de poder.

A narrativa é uma das últimas obras escrita pela autora. O momento em que escreveu este livro é incerto, mas foi em 1975 que Carolina Maria de Jesus entregou os manuscritos à duas jornalistas vindas da França para fazer uma pesquisa sobre mulheres brasileiras, Clélia Pisa e

Maryvonne Lapouge. O livro foi primeiro publicado na França em 1982 e em 1986 recebeu no Brasil uma tradução do texto em francês (CASRO & MACHADO, 2007, p. 15, 114). O contexto de produção do livro se insere após o apogeu e fama de Carolina com seus livros mais conhecido *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) e *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), portanto um texto feito numa fase mais madura da escritora que morreu sem ver a publicação de suas memórias em 1977.

Como nos fala Rüsen, a história enquanto elemento central na orientação da vida prática tem relação com a “competência narrativa da consciência histórica”, isto é, “capacidade das pessoas de constituir sentido histórico as suas experiências” (RÜSEN,2007: 103). Percebo, portanto, nos escritos de Carolina Maria de Jesus uma elaboração acerca do passado, que visa articular e dar sentido a sua trajetória pessoal, mas também as relações de poder e conflitos pelo qual atravessou ao longo da vida.

Diário de Bitita (1986) conta a história de Carolina Maria de Jesus e sua família no interior de Minas Gerais. Como ela conta, seu avô era filho do “ventre livre” descendentes dos negros cabindas, ela era, portanto, terceira geração nascida livre. A trajetória de Carolina e sua família estão inseridas no momento de transição do fim do sistema escravista para trabalho livre e início da república. Sendo um livro do final de sua vida pode-se pensar sobre a importância dessa memória e dessa descendência na constituição de sua identidade e de como a trajetória de Carolina é atravessada pelos desafios colocados para a população negra ao longo do século XX. O livro acaba por contribuir para revisitar um tema importante para a história do Brasil e da população negra que é o pós-abolição.

2. Contextualização: população negra no pós-abolição.

Pensar sobre o momento de transição do sistema escravista para o trabalho livre é um dos problemas historiográficos mais inquietantes quanto se aborda a história da população negra. Considerando que a associação entre negro = escravo ainda é marcante em diversas representações quando se fala da população negra, importa investigar o significado histórico dessa experiência para sociedade brasileira, primeiramente considerando a forma como foi abordada pela historiografia e seus desdobramentos para pensar as relações étnico-raciais no Brasil durante o séc. XX.

Como destaca Rios e Mattos (2005), quando abordado o tema do pós-abolição durante o século XX a questão das relações raciais em geral foi tratada como herança da escravidão, seja na visão de Gilberto Freyre que apresentava as relações entre senhores e escravizados de forma mais harmoniosa ou mesmo dos intelectuais da década de 1950, como Florestan Fernandes que, numa visão crítica do ideal de democracia racial, denunciava o racismo na sociedade brasileira. Florestan

Fernandes usava o argumento do caráter deformante da escravidão para explicar o caráter anômico da população negra, isto é, para explicar os comportamentos patológicos associados às pessoas negras com promiscuidade sexual, tendência ao crime, alcoolismo, bem como sua inaptidão de se inserir nas formas de trabalho livre. Assim, Fernandes argumentava sobre a persistência da ordem racial herdada da escravidão. Segundo essa abordagem: “em si mesma a abolição se apresentaria como um não-fenômeno, incapaz de gerar mudanças” (RIOS & MATTOS, 2005, p. 21). A denúncia do racismo era feita ao atestar a continuada violência da escravidão e coisificação do negro=escravo, que nessa visão existia apenas enquanto mercadoria, condição alienante que levava constituição de uma personalidade patológica por parte do negro e do liberto. Álvaro Nascimento abordando o tema da “pós-abolição no ensino de história” nos alerta que foi essa visão que se tornou mais presente nos livros didático (APARECIDA & SALGUEIRO, 2005, p. 18).

Por outro lado, mesmo antes do fim da abolição havia fortes debates sobre os desdobramentos do fim da escravidão e o destino da população negra, onde identificamos a elaboração de determinadas percepções sobre a população negra. Como demonstrou Maria Emília Prado, desde fins do séc. XIX a incapacidade da pessoa negra era argumento presente nos debates conservadores sobre o fim da escravidão por volta de 1870/88. A alegação da incapacidade dos libertos de se adequarem ao trabalho livre e a conseqüentemente limitação de sua participação política era apresentada seja pela inferioridade da raça ou pelo caráter alienante que a condição escrava legaria para população negra (2005, p. 70-74).

Na contramão dessas visões uma das contribuições da história a parti da década de 1980 foi trazer uma nova abordagem da pessoa negra, colocando-a como agente de sua história e não apenas como coisa, mera mão-de-obra ou como sujeito que aceitava passivamente a dominação, mostrando em contrapartida aspectos da resistência negra em suas múltiplas possibilidades, não só na fuga, mas nas interações com diversos sujeitos sociais, buscando as brechas do sistema para conquistar melhor condições de vida e afirmar certa autonomia frente ao regime escravista. Restituindo a esses sujeitos sua capacidade de agente da história. Trazendo também uma abordagem política sobre as temáticas das relações entre negros e brancos, abordando também aspectos culturais de como estes criavam significados próprios sobre mundo que viviam.

Essa mudança também modificou a perspectiva sobre a sociedade no período pós-abolição, possibilitando uma abordagem centrada na experiência dos libertos, assim “(...) a atitude dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração das relações sociais e de poder que se seguiam à abolição do cativeiro” (RIOS & MATTOS, 2005: 28).

Com isso pode-se reavaliar também a noção de “herança da escravidão”, usual na explicação das relações raciais que demarca as representações de uma determinada cultura histórica

em torno do tema, citando o exemplo dos novos estudos sobre o “pós-emancipação” no Caribe, Rios e Mattos (2005) afirmam:

Trata-se de reconhecer que o processo de destruição da escravidão moderna esteve visceralmente imbricado com o processo de definição e expansão dos direitos de cidadania nos novos países que surgiam das antigas colônias escravistas. E que por sua vez, a definição e o alcance desses direitos estiveram diretamente relacionados com uma contínua produção social de identidades, hierarquias e categorias raciais (RIOS & MATTO, 2005: 29).

Assim o processo de emancipação ganha centralidade para os estudos das relações raciais. Destaco aqui o trabalho já citado de Rios e Mattos sobre no livro *Memórias do Cativo* (2005) que traz as memórias dos últimos libertos e seus descendentes, proporcionando uma revisão da experiência histórica desses sujeitos no momento final do regime escravista e o processo de inserção desses na nova ordem política que se inaugura também com o regime republicano. As autoras abordam o processo de construção de novos arranjos de relações entre ex-senhores e ex-escravos e a constituição de um campesinato negro nas décadas seguintes a abolição, bem como investigam os significados diferenciados traçados pelos descendentes de escravos sobre a escravidão. As contribuições desse trabalho é que inspiraram novo olhar sobre as memórias e diários de Carolina Maria de Jesus, fornecendo nova luz sobre a trajetória peculiar dessa mulher negra, bem com sobre a produção de seus escritos que se inscreve em meados do século XX.

3. Escritos de Carolina Maria de Jesus e pós-abolição

O estudo sobre *Memórias do Cativo*(2005) citado acima se volta para análise de fontes orais recolhidas nas décadas finais do séc. XX, portanto tipo de fonte produzida para atender as demandas das pesquisas naquele contexto. No caso de Carolina Maria de Jesus temos relatos escritos produzidos em meados do séc. XX com propósitos bastante diferentes, contudo chamou-me atenção a recorrências de algumas das “coincidências narrativas” analisadas pelas autoras nos relatos orais que também estão presente nos escritos de Carolina Maria de Jesus tais como: a importância da lei do ventre-livre e a própria Lei Áurea para alteração das condições de vida da população escravizada, aspecto da experiência que aparecem como significativas nas memórias dos seus descendentes.

A trajetória de Carolina Maria de Jesus e sua busca constante pela atividade literária constituiu o meio através da qual buscou nova forma de inserção na sociedade onde pudesse afirmar novas identidades e exercer sua autonomia, a luta pela realização desse projeto custou-lhe caro, passando por conflitos e contradições dentro dos diversos contextos que atravessou ao longo de sua vida. Nesse processo a sua experiência histórica enquanto descendente de escravo compunha seu repertório identitário e norteava sua busca por novas formas de inserção na sociedade.

Carolina Maria de Jesus, nascida em 1914, viveu sua infância em meados da década de 1910 a dec. 1920, na cidade de Sacramento em Minas Gerais. Carolina conseguiu estudar dois anos do ensino primário, por intermédio de uma patroa de sua mãe, na Escola Alan Kardec¹ (CASTRO & MACHADO, 2007, p. 14 - 19).

Sacramento, interior de Minas Gerais, cidade que em meados do século XIX fora importante centro produtor de café (CASTRO & MACHADO, 2007, p. 14). Para Carolina Maria de Jesus a ligação com os tempos da escravidão vinha através da memória do avô, a quem Carolina denominava o Sócrates africano, nascido já na época do ventre livre, segundo aponta Carolina “era filho da última remessa de negros que vieram nos navios negreiros. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonito” (JESUS, 1986, p.114). Seu avô lhe contara histórias da escravidão. Assim como foi observado noutros relatos de descendentes de escravos analisados por Rios e Mattos, Carolina diz que seu antepassado tinha uma posição diferenciada nas relações escravistas, positiva, não sendo sujeita a violência da escravidão (2005, p. 93), seu avô teria sido rezador e por ter conduta moral exemplar, na qual Carolina se espelhava, era respeitado por todas as pessoas da região. (JESUS, 1986, p. 56) Como também se verá nos demais escritos de Carolina, ela também tenta se diferenciar por uma conduta moral mais elevada, especialmente quando escreve sobre a favela no livro *Quarto de Despejo* (1960). Parece que ela o caminho da retidão moral era essencial para garantir sua inserção social e assim como seu avô teria sido o Sócrates africano ela também procura ser se destacar pelos seus dotes intelectuais de “poetisa” (JESUS, 1986, p. 71), denominação que ela vai usar para si mesma em outras obras.

Sobre a relação entre negros e brancos durante a escravidão, através das histórias contadas pelo avô, ela distingue os senhores de “portugueses”, que seriam os senhores de escravos associada ao elemento colonizador, a qual se oporiam os brasileiros, senhores brancos brasileiros que não explorariam da mesma forma os negros, assim positivando a identidade brasileira:

meu avô era um vulto que saía da senzala alquebrado e desiludido, reconhecendo que havia trabalhado para enriquecer o sinhô português. Porque os que haviam nascido aqui no Brasil tinham nojo de viver explorando o negro (JESUS, 1986, p. 57).

Realmente é difícil entender essa distinção feita entre senhores portugueses e os supostos senhores brasileiros, evocando elementos que remetem a colonização e não ao período final do império em que teria vivido o seu avô, mas pelos elementos que traz adiante supõe-se que a distinção justifica-se pela existência de senhores brancos que teriam lutado para libertar os negros, os abolicionistas, que segundo ela estes “(...) instigavam os negros a não obedecerem aos sinhôs” (JESUS, 1986, p. 58). Esses senhores brasileiros acolheriam melhor os negros. Talvez ela quisesse evitar uma excessiva polarização entre negros e brancos, falando das possíveis associações entre

¹ 1ª escola espírita do Brasil, fundada em 1905 por Eurípedes Barsanulfo. Referência: <http://www.sacramento.mg.gov.br/turismo>

negros e parte dos brancos na construção de novas relações raciais.

A partir disso ela coloca a difícil aceitação do trabalhador negro com o fim da escravidão: “Após a libertação, os portugueses ficaram apavorados com medo dos negros” e mais adiante ele reelabora um possível discurso dos senhores brancos “_ Já que vocês estão livres, saiam de minhas terras! Vamos ver se vocês enchem a barriga com a liberdade. Imagina só, ter que dar dinheiro aos negros! É um pecado!” (JESUS, 1986, p. 59).

Sobre as histórias contadas por seu avô sobre o tempo da escravidão ela destaca a história de Zumbi, embora saibamos que ele não tenha vivido na época do quilombo do Palmares, talvez essa referência possa dizer algo sobre uma apropriação da história da população negra pelo própria tradição oral dos descendentes de escravos ou uma elaboração posterior de Carolina Maria de Jesus sobre episódios da história de resistência dos negros, como forma de positivar sua história:

No mês de agosto, quando as noites eram mais quentes, nos agrupávamos ao redor do vovô para ouvi-lo contar os horrores da escravidão. Falava dos Palmares, o famoso quilombo onde os negros procuravam refúgio. O chefe era um negro corajoso de nome Zumbi. Que pretendia libertar os negros (JESUS, 1986, p. 58).

Outros referenciais históricos que ela usou para construir seu significado de liberdade enquanto pessoa negra foi reelaborando significados de acontecimentos históricos e símbolos da luta pela liberdade e/ou contra a escravidão, tais como Castro Alves e Tiradentes. No trecho seguinte, por exemplo, enaltecendo o papel da leitura e da escrita para inserção do negro na sociedade ela diz:

(...) o povo era revoltado porque o sonho era aprender a ler para ler o livro de Castro Alves. Os negros adoravam Tiradentes em silêncio. Se um negro mencionasse o nome de Tiradentes era chicoteado, ia para o palanque para servir de exemplo. Para os portugueses o Tiradentes era o secretário do diabo. Para os negros, ele era o ministro de Deus (JESUS, 1986, p. 59).

É interessante notar as referências ao escritor abolicionista e a inconfidência mineira, aqui usados como contraponto a elite dominante. A colocação parece contraditória já que a inconfidência mineira fora escolhida como símbolo republicano da luta contra os portugueses, justamente um por ser insurreição que não tinha entre sua bandeira o fim da escravidão, como demonstra Maria Emília Prado (2005, p. 31), mas que é um marco histórico que se alinhavam a orientação geral do partido republicano. Podemos pensar que na falta de referências de negros de destaque ele se apropriou dos símbolos disponíveis no seu repertório cultural, reconfigurando-os para dar visão a sua história de resistência e de luta por liberdade e cidadania.

É importante destacar os relatos sobre os conflitos entre negros e brancos no novo contexto da primeira república em que ela destaca: a discriminação sobre a população negra, em especial a violência policial, a dificuldade de acesso ao trabalho e a concorrência como os imigrantes europeus que chegavam para trabalhar nas lavouras.

Sobre o poder dos “coronéis” e das autoridades ela relata, apresentando paradoxo entre escravidão e liberdade para representar as relações entre negros e brancos mesmo após abolição:

Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro, procurando um refúgio, para não ser atingidos por uma bala.” [...] É os pretos sorriam dizendo. O Benedito virou lebre, quando viu os policiais. Quando os pretos falavam: _ Nós agora estamos em liberdade _ eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fosse culpados de crimes?”. (JESUS, 1986, p. 56)

Mas a essa situação Carolina Maria de Jesus apresenta um contraponto indicando uma trajetória pessoal diferenciada: contra os abusos do poder Carolina apresenta sua capacidade de resistência e atribui a si mesma uma imagem de insubmissão que desde sua infância marcaria sua personalidade. No relato sobre a briga que teve com o filho do Juiz por ter tentado assediá-la, Carolina fala que, ao contrário do que era esperado, ela não foi presa, nem teria apanhado das autoridades, ela teria enfrentado o juiz doutor Brand, denunciado os crimes do filho e dito: “O Rui Barbosa falou que os brancos não devem roubar, não devem matar (...) o branco tem que ser superior para dar o exemplo (...)” (1986, p.29). O fato teria legado a Carolina boa fama entre os seus concidadãos por ter tido coragem de confrontar o poder, levando o garoto a sair da cidade, “_Que menina inteligente, nos defendeu! Limpou a cidade” (JESUS, 1986, p. 30). Assim, nossa autora delimita desde a infância seu papel de luta contra injustiças, assim como mais tarde seria reconhecida pelo conteúdo de denuncia social de seus diários. Em seus relatos ela aparece como detentora de um conhecimento e de uma ética diferencia através da qual conquistaria inserção na sociedade, pois o que teria feito o juiz não batê-la foi a citação de Rui Barbosa. O trecho é representativo do tipo de projeto e atitude que Carolina busca para confrontar as desigualdades sociais.

Sobre vida na cidade ele ainda relata que as possibilidades de trabalho eram limitadas, sendo o acesso à terra difícil para os negros, ainda mais com a inserção da mãe-de-obra italiana, colocando que a responsabilidade pela sustentação da família ficou a cargo das mulheres através do trabalho doméstico. Assim Carolina descreve inicialmente as histórias de sua mãe como empregada doméstica, sem estabilidade, boa parte de seu relato descreve um verdadeiro nomadismo de sua família e mais tarde da própria Carolina sozinha transitando de cidade em cidade no interior de Minas Gerais. (JESUS, 1986, p. 190-194). Essa atitude nômade a levará por volta de 1937 para capital paulista, cidade que era o destino de boa parte desta população camponesa empobrecida.

4. Conclusão

O livro *Diário de Bitita* se constitui numa das obras mais significativas da autora. Através da memória de sua infância ela acaba por traçar um panorama dos desafios enfrentados pela

população negra no período pós-abolição, contribuindo para revisão historiografia sobre a transição da escravidão para trabalho livre no pós-abolição. A forma como aborda também temas históricos pertinentes à população negra como a figura e Zumbi, Tiradentes ou Castro Alves, ou mesmo as histórias familiares pessoais com a do seu avô mostra um dos caminhos possível para criar uma identidade positiva, isso feito por uma mulher negra pobre de origem camponesa, com pouca escolaridade e que pouca influência teve dos movimentos negros urbanos.

Seus escritos contribuem para o questionamento das visões tradicionais sobre as “heranças da escravidão” como apontada acima e para a revisão historiográfica sobre a população negra. Seus escritos se destacam também por terem sido produzidos numa época ainda anterior aos movimentos de renovação historiográficas da década de 1980. Além disso, os aspectos da narrativa em que ela projeta no passado os anseios de realização pela capacidade intelectual e uma postura diferenciada frente relações sociais acaba revelando o movimento de um sujeito que procurou a partir de uma luta pessoal uma nova força de inserção social e forçar os limites e possibilidades de uma sociedade ainda marcada por uma forte exclusão social. Os sucessos e fracassos dessa empreitada podem ser avaliados pelo curso que teve Carolina Maria de Jesus e seus livros na história do Brasil contemporâneo.

Referências:

- CASTRO, Eliana de Moura. *Muito Bem Carolina!* Biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: Ed. C/ Arte, 2007.
- FLORES, Élio Chaves. “Dos feitos e dos ditos”. *Saecullum Revista de História*, João Pessoa, ano 13, n. 16, p. 83 -102, 2007.
- JESUS, Carolina Maria de Jesus. *Casa de Alvenaria*. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo, 1960.
- JESUS, Carolina Maria de Jesus. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- JESUS, Carolina Maria de Jesus. *Quarto de Despejo*. São Paulo: Editora Paulo Azevedo, 1960. 7ª edição.
- PRADO, Maria Emilia. *Memorial das Desigualdades: impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RÜSEN, Jörn. *História Viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. UNB, 2007.